

REVOLTA POLÍTICA E CONTRADIÇÕES SOCIAIS NA GUIANA FRANCESA: O MOVIMENTO DE MARÇO/ABRIL DE 2017 ATRAVÉS DO JORNAL FRANCE-GUYANE

POLITICAL REVOLT AND SOCIAL CONTRADICTIONS IN FRENCH GUYANA: THE MOVEMENT OF MARCH/APRIL 2017 THROUGH THE NEWSPAPER FRANCE-GUYANE

Iuri Cavlak*
i.cavlak@unifesp.br

RESUMO: Durante um mês a Guiana Francesa foi palco da maior manifestação social de sua história. Coletivos, políticos, sindicatos e pessoas comuns se envolveram no bloqueio quase que total da coletividade, reivindicando diminuição da violência urbana, mais empregos e desenvolvimento econômico. Com o passar dos dias, várias pautas foram produzidas, gerando inclusive clamores autonomistas. Minha hipótese é a de que essa revolta seguiu uma lógica semelhante às Primavera Árabe de 2010 e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, quando um episódio restrito, no caso aqui em tela o protesto contra a morte violenta de um adolescente na periferia de Caiena, gerou uma convulsão social com inúmeros desdobramentos. O método utilizado foi uma análise densa do jornal diário *France-Guyane*, único a noticiar o movimento do dia a dia, e o consequente estabelecimento da cronologia dos eventos. A peculiaridade do estatuto político da Guiana Francesa levou suas autoridades a ficarem, na maior parte do tempo, ao lado dos revoltosos, as vésperas das eleições presidenciais francesas.

PALAVRAS-CHAVE: História; Política; Revolta; Tempo Presente.

ABSTRACT: During one month French Guiana was the scene of the greatest social manifestation in its history. Collectives, politicians, trade unions and ordinary people were involved in the almost total blockade of the community, claiming a decrease in urban violence, jobs and economic development. Over the course of the days, several guidelines were produced, generating even autonomist proclamations. My hypothesis is that this revolt followed a logic similar to the 2010 Arab Spring and the 2013 June Days in Brazil, when a restricted episode, in this case the protest against the violent death of a teenager on the outskirts of Cayenne, generated a social upheaval with countless consequences. The method used was a dense analysis of the daily newspaper *France-Guyane*, the only one to report the day-to-day movement, and the consequent establishment of the chronology of events. The peculiarity of French Guiana's political status led its authorities, in the most part of the time, to side with the rebels, on the eve of the French presidential elections.

KEYWORDS: History; Politics; Revolt; Time Present.

A Guiana Francesa é o único território não autônomo da América do Sul, parte da União Europeia em plena floresta amazônica. Pertencente à França, o Departamento – Região Ultramarina perfaz cerca de 84 mil quilômetros quadrados, mais que o dobro da superfície da Bélgica ou da Holanda. Reúne cerca de 300 mil habitantes, quase metade vivendo na capital, Caiena, e seus arredores. A fronteira com o Brasil (Estado do Amapá) é a maior da França, com 730 km de extensão (GRANGER, 2012, p. 22).

* Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp). Professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Embora tendo um largo passado em comum com o Brasil, sobretudo em disputas territoriais, ocupações e problemas de imigração, a produção historiográfica brasileira sobre a Guiana Francesa é pequena, sobretudo no que tange à sua história contemporânea. Os períodos em que duraram o Contestado (1698-1900), a ocupação portuguesa (1809-1817) e as contradições econômicas e políticas envolvidas na República do Cunani (1884-1895) foram analisados em excelentes trabalhos de Artur César Ferreira Reis, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Carlo Romani, Jonas Marçal de Queiroz e Adalberto Ferreira Paz Júnior. (REIS, 1985; CARDOSO, 1984; ROMANI, 2010; QUEIROZ, 1999; PAZ JUNIOR, 2017). Para a historiografia do tempo presente, não obstante, é difícil identificar estudos de fôlego (indico no final do artigo uma bibliografia básica em francês).

Diante disso, um grande desafio se põe ao historiador ao tentar pesquisar os acontecimentos de março e abril de 2017, que literalmente pararam a Guiana Francesa, inclusive com desdobramentos nos dias atuais. Em linhas gerais, pouco menos de um mês antes das eleições presidenciais, foi deflagrado um movimento de contestação social que imobilizou quase todo o território, causando problemas econômicos e políticos de monta para o Estado e a iniciativa privada. Tendo início com um grupo denominado de “500 irmãos”, que tinha como principal pauta o combate à violência na periferia de Caiena, o movimento se transformou numa reivindicação mais ampla, com bloqueios de estradas e greve geral, dentro de um campo de forças que envolveu praticamente toda a sociedade guianense. As autoridades eleitas foram contestadas, os grupos autogestionários tomaram a frente das negociações e várias pautas ganharam destaque, num caleidoscópio de vozes e associações que, por um mês, perturbaram a ordem estabelecida. A reivindicação por maior autonomia frente ao poder central se fortaleceu no horizonte.

O objetivo deste artigo é reconstituir o movimento da revolta através da imprensa local, buscando analisar e articular o contexto imediato dos manifestantes com os problemas estruturais e históricos. Minha hipótese é a de que o movimento seguiu a lógica da Primavera Árabe, de 2010, e a Jornadas de Junho no Brasil, em 2013, quando um protesto pontual deflagrou uma miríade de demandas sociais com potencial disruptivo. No caso da Guiana Francesa, a revolta se formatou as peculiaridades locais, ou seja, uma entidade política não independente, com pouco recurso econômico e uma população extremamente heterogênea.

O método utilizado foi a consulta *in loco* de todos os números do *France-Guyane* (FG) que cobriram o período em tela, republicados em 2018 na ocasião da efeméride do

movimento. Trata-se do único hebdomadário diário da coletividade, o que facultou uma janela, por suposto mediatizada, para a problematização histórica.

Veículos de cobertura *on-line*, como o *Guyaweb* e o portal *UOL*, além de rádios e jornais, noticiaram outrossim o sucedido. Fiz uma pesquisa na internet buscando essas outras fontes, no sentido de cotejá-las ao *France-Guyane*. Acabei optando por não os trazer para este artigo, por conta da dificuldade em manejá-los e encaixá-los na narrativa. (Somente algumas inserções televisas e de rádio puderam ser consultadas no *Youtube*. E tanto elas como os portais *on-line* tenderam a reproduzir o que o *France-Guyane* realçou de maneira mais extensa e aprofundada.)

Citei o jornal já o traduzindo para o português, anexando ao final os números originais da edição de onde retirei os maiores excertos. Me declaro ciente da limitação de trabalhar com uma única fonte: empresa jornalística que evidentemente descreve e analisa a realidade ao sabor de seus interesses. Na falta de uma bibliografia de apoio, este trabalho quiçá se apresente, infelizmente, menos em diálogo com o conhecimento acumulado e mais enquanto descrição de um acontecimento espetacular, numa região da América do Sul ainda ignota para a maior parte da historiografia brasileira.

1.1 O jornal *France-Guyane*

Trata-se, como foi dito, do único jornal diário da Guiana Francesa, a época vendido, em média, por noventa centavos de euro o exemplar. É uma típica publicação de variedades, com conteúdo também na internet, formada por empresários privados com ativos de outros jornais do Caribe francês.

O jornal publica política, atualidades, esporte e notícias internacionais, prestando serviço local ao indicar horários de exibição de cinemas, programação televisiva, teatros, apresentações e previsão do tempo.

A escolha por esse corpo documental repousa no fato de sua serialidade, essencial para os objetivos de cronologia, e também pela contemporaneidade dos eventos, que relega ainda poucos registros em artigos acadêmicos ou outros tipos de publicações. Dado o tamanho da sociedade guianense, sobretudo caiense, o jornal pôde desempenhar um papel também de ator político, repercutindo diariamente os passos dos outros agentes. Teve sua linha editorial, a meu juízo, mudada de apoio simpático para oposição crítica, refletindo os ânimos dos empresários locais, na medida em que os bloqueios passaram a afetar cada vez

mais a circulação de mercadorias e serviços. O próprio jornal teve edições condensadas e padeceu dificuldades de impressão e venda nos momentos mais efetivos dos bloqueios.

Neste artigo, o jornal entrará como suporte da narrativa, e não como objeto propriamente dito. Por condensar em suas primeiras páginas os acontecimentos mais significativos, foi dada maior atenção para essas primeiras seções, em detrimento do conteúdo mais variado, veiculado, em regra, posteriormente.



Fonte: France – Guyane, foto de capa, n. 8570, edição de 24 de março de 2017.

2. O Movimento

O movimento social em tela, embora tenha se caracterizado pela pluralidade e amplitude, ficou marcado do início ao fim pelo protagonismo dos “500 Irmãos”, uma organização composta de homens de estatura física elevada, de início sempre encapuzados, que se expressavam de maneira incomum: aparentavam brutalidade, pela presença impactante de tamanho e músculos, mas falavam de maneira articulada e pregavam a não violência e o fim da criminalidade. Posteriormente, coletivos liderados por homens comuns, como motoristas de ônibus, professores e policiais de baixa patente também passaram a protagonizar o movimento.

A origem desse grupo “500 irmãos” remete a antigos policiais e jovens frequentadores de academias de musculação, habitantes de bairros periféricos de Caiena. A politização se deu pela convivência mútua cercada pela insegurança e a violência, o que os motivou a substituir ou complementar o papel do Estado nas tarefas de policiamento e prevenção da juventude em relação às contravenções e às drogas. Há que se destacar que a Guiana Francesa detém o euro como moeda, sempre valorizado frente às moedas congêneres dos países vizinhos, e oferece no garimpo promessas de enriquecimento rápido. A época, calculava-se em 22% a população economicamente ativa desempregada, índice que saltava para espantosos 50% se computados apenas os jovens de 18 até 24 anos (INSEE, 2015).

Tudo indica que os “500 irmãos” se tornaram plenamente ativos a partir de fevereiro de 2017, após a morte de dois jovens na periferia de Caiena. A aparição pública desse grupo, nada menos que espetacular, se deu durante uma conferência internacional sediada em Caiena, numa sexta-feira, 17 de março, que reunia então representantes dos países caribenhos para tratar da Convenção de Cartagena (a qual versava, entre outras coisas, sobre a proteção do meio ambiente marinho). Pela França, estava a Ministra do Meio Ambiente, Ségolène Royal, que também tinha na agenda a inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, na fronteira com o Brasil. Na principal sala de deliberação da administração guianense, homens encapuzados romperam aos gritos, em *creole*, de “Roubos, não queremos mais. Assassinatos, não queremos mais. Assaltos, não queremos mais”. Na sequência, se dirigindo diretamente à Ministra, com câmeras e repórteres registrando, leram um manifesto:

Nesse país, pessoas são mortas por nada e ninguém diz nada. A França deve nos fornecer segurança. Esse país está farto, ele vai mal. Ocorreram quatro mortes (em Caiena – nota do jornal) nas últimas quatro semanas. As leis não são boas aqui. É necessário assinar acordos de extradição porque 80% dos prisioneiros são estrangeiros! [...]. Nós não somos racistas, mas queremos a paz na Guiana. Não somos perversos. Respeitamos vocês. Mas, se vocês amam a Guiana, nós demandamos solenemente a vinda dos Ministros do Interior, de Relações Exteriores, de Saúde e Educação” (FG, edição de 18 e 19 de março de 2018, p. 2).

O governo de Paris e o governo da Guiana Francesa assinaram um documento preliminar para a formação do “Pacto do Futuro” (*Pacte D’Avenir*), medidas econômicas prevendo novos investimentos, construções de equipamentos públicos e renegociação de dívidas. Porém, outras vozes de contestação se fizeram presentes, como o sindicato União dos Trabalhadores Guianeses (UTG), que anunciou naquele mesmo dia um indicativo de greve,

reivindicando melhores salários, aportes financeiros e autonomia gestonária para a Coletividade. Pela primeira vez apareceu, ainda que não tão difundida, a questão do *status* de atrelamento à França europeia, e a correlação de dois movimentos ainda não convergentes, mas atuantes no mesmo tempo, quais sejam, o sindical e uma organização social contra a delinquência juvenil.

Na terça-feira, dia 21 de março, outros dois movimentos se encontraram no bloqueio ao Centro Espacial Europeu na cidade de Kourou - quarta maior cidade da Guiana Francesa, cerca de 60 km distante de Caiena e com 26 mil habitantes -, aparentemente sem uma combinação prévia: a UTG, novamente, representando os trabalhadores da empresa de eletricidade e comunicações EDF – que reivindicavam fim das demissões, contratação de temporários e maiores investimentos para a empresa – e o coletivo autodenominado *Toukans*, formado pelos habitantes de Kourou que reivindicavam a manutenção estatal de um hospital na cidade em vias de ser privatizado e medidas para a contenção da violência juvenil, convergindo assim para a pauta dos “500 irmãos”. A opção pelo bloqueio da entrada do Centro Espacial foi assim explicada pela secretária da UTG, Micheline Antoinette: “Todos os setores de atividades na Guiana vão mal, salvo um, o espacial” (FG, 21 de março de 2018, p. 2). A Ministra do Meio-Ambiente, frente a esse recrudescimento de protestos, cancelou o restante da agenda e rapidamente pegou um voo de volta a Paris.

Tendo o apoio dos próprios políticos de Kourou e de outras duas centrais sindicais, a UTG se viu legitimada, somada ao coletivo *Toukans* e aos “500 irmãos”; e unidos impediram o lançamento do foguete Ariane 5, causando prejuízos altíssimos para o Centro Espacial e alguma projeção na opinião pública da França europeia. Outros setores da classe trabalhadora entraram no contexto, como a União Guianesa de Transportes Rodoviários (UGTR), agricultores e os médicos de Kourou. Nessa etapa, chamou atenção a simbiose entre o executivo e a população organizada. Ou seja, antes de tomar partido do Estado, o prefeito e vereadores de Kourou se posicionaram junto aos coletivos e sindicatos e, em questão de dias, saíram a público e se uniram aos atos de rua. Diferentemente da Primavera árabe e das Jornadas de Junho, em que as autoridades ficaram sempre numa posição contrária aos manifestantes.

Em Saint- Laurent du Maroni, cidade distante aproximadamente de 250 km da capital e com 43 mil habitantes, na região de fronteira com o Suriname, outro coletivo apareceu e

bloqueou estradas. Chamados de “Iguanes de L’Ouest”, também reclamavam da falta de segurança e do baixo desenvolvimento econômico. Em Caiena, o presidente da Coletividade, correspondente ao governo estadual, Rodolphe Alexandre, declarou que o chamado “Pacto do Amanhã” poderia ser reajustado e não concluído nos termos em que estava sendo desenhado, numa clara resposta às manifestações. Para ele, a Guiana Francesa deveria obter mais investimentos e vantagens de Paris através desse acordo (FG, 23 de março de 2017, p. 2).

Na cidade de Maripasoula, extremo oeste da Coletividade, com 12 mil habitantes, estudantes de sua principal escola, Colégio Gran-Man-Difou, de ensino fundamental, denunciaram, com o apoio do corpo docente e dos pais, as péssimas condições infraestruturais, indicando a possibilidade de greve estudantil. De acordo com o depoimento de um sindicalista, “[...] alguns professores são obrigados eles mesmos a varrerem a sala, não há agentes suficientes para servir as refeições nem para limpar os sanitários e a higiene das crianças no internato” (FG, 23 de março de 2017, p. 5). Na cidade de Mana, de 10 mil habitantes, também um indicativo de greve estudantil foi anunciado. A essa altura, em Kourou e Saint-Laurent du Maroni as escolas já estavam fechadas por conta dos bloqueios.

Na edição do dia seguinte, a manchete deu o tom da situação: “A Guiana Bloqueada”, assim foi a capa do *France-Guyane* de 24 de março de 2017. Além de cercarem Caiena, manifestantes bloquearam a ligação com Saint-Georges, a cidade fronteiriça com o Brasil, travando o fluxo de mercadorias e pessoas tanto na direção oeste quanto na direção leste. Batizando de “Operação Vila Morta”, os “500 irmãos” lançaram um apelo para que todos os comerciantes baixassem suas portas, varejistas que até então não participavam da celeuma, em sua maioria de origem chinesa. Usando de persuasão e de força lograram êxito. Para um dos líderes dos “500 irmãos”, Olivier Goudet (motorista de ônibus):

[...] os comerciantes são também vítimas de assaltos e violências por isso reagiram bem ao nosso pedido. Hoje, é necessário que todo mundo seja implicado. Nós não forçamos os comerciantes a fecharem, nós os convidamos a participarem do movimento” (FG, 24 de março de 2017, p. 3).

Os políticos da Guiana Francesa, inclusive seu presidente, Rodolphe Alexandre, passaram na prática a engrossar o movimento. Alexandre decretou a suspensão das atividades nas repartições públicas, o que poderia ser interpretado como solidariedade, e engrossou as

vozes pela abertura de negociação com Paris. A rigor, o Estado guianense canalizou as insatisfações para Paris. Acredito que essa tenha sido a grande peculiaridade da revolta.

No quadro administrativo, o problema estava nas mãos do Ministério de Ultramar, à época sob o comando de Éricka Bareigts. Aproveitando o contexto do “Pacto do Futuro”, a Ministra anunciara uma reunião para o dia 28 de maio, em Paris, tanto com o presidente da Coletividade Territorial da Guiana Francesa quanto com os coletivos recém-surgidos. De acordo com o jornal, Bareigts estabeleceu três eixos de discussão: medidas para serem aplicadas visando ao desenvolvimento econômico e à sustentação da ordem pública, exame da situação dos hospitais de Caiena e Kourou e análise da situação da segurança interna (FG, 24 de março de 2017, p. 4).

O problema logo de saída foi que: nem os políticos e nem os representantes dos movimentos aceitaram atravessar o Oceano e discutir seus destinos na porção europeia da França. “Essa imensa crise não poderá ser resolvida senão sobre o chão guianense”, afirmou Alexandre (*idem, ibidem*). Por outro lado, não entrara nos planos do governo francês, até aquele ponto, despachar uma comitiva de autoridades para Caiena, alegando razões de segurança, inclusive.

O próprio *France-Guyane*, numa nota pequena no canto de página, explicou a dificuldade de se manter em ação, afirmando não saber, no tempo em que preparava a edição, se poderia ou não ir para as bancas. Talvez por isso a publicação se inclinava por noticiar de um ponto de vista positivo as manifestações, contando assim com a simpatia dos manifestantes para poder chegar aos quiosques e ser comercializado (*idem, p. 5*). O dia seguinte trouxe a manchete: “Beco sem saída?”. O motivo: a ordem do governo francês que, cedendo aos manifestantes, transferia a reunião da crise de Paris para Caiena, mas enviava uma delegação interministerial apenas com funcionários subalternos. Na declaração oficial do governo, constou:

Com o fim de enlaçar um diálogo construtivo e apaziguador, o Primeiro Ministro decidiu enviar sem demora a Guiana uma missão interministerial de alto nível afim de ouvir e analisar todas as dificuldades levantadas e estabelecer as bases para uma negociação suscetível de desenvolver medidas operacionais e rápidas (FG, 25 e 26 de março de 2017, p. 2).

Essa delegação foi liderada por Jean François Cordet, antigo prefeito de Caiena, Antoine Karam, ex-presidente da Região de Ultramar da Guiana francesa e senador da

República pela Guiana Francesa, Lambert Lucas, General Comandante da Gendarmeria de Ultramar, e Joël Barre, Diretor Geral do CNES (Centro Nacional de Estudos Espaciais).

A resposta dos manifestantes foi peremptória: “nenhuma negociação com essa delegação”. José Mariéma, um dos líderes mais expoentes, indicou que as autoridades guianenses poderiam conversar com os enviados do governo central, mas isso significaria apenas acordos entre eles. Os movimentos sociais permaneceriam separados, esperando a vinda dos “Ministros da Educação, Saúde, Finanças”, além do próprio Primeiro-Ministro, Bernard Cazeneuve (*idem, ibidem*).

Insinuava-se aí algo como um duplo poder para a Coletividade: autoridades eleitas (senador guianense, deputados, presidente da Coletividade e vereadores) e coletivos. Assim inclusive ficaram sendo caracterizadas as autoridades guianesas pelo jornal: os “eleitos” (referente aos sufrágios recebidos), em contraponto aos “coletivos”, sendo que os primeiros, naquele momento, tentavam se apegar aos segundos, que buscavam, por sua vez, a diferenciação.

De acordo com o articulista Pierre Yves Carlier, “[...] a novidade é a unanimidade dos habitantes da Guiana sobre o fundo dos problemas. Nenhum movimento, nenhum ator da via econômica, social e política se omitiu de manifestar seu apoio” (*idem*, p. 8). O ambiente social foi ocupado por esse assunto, as conversas, o trabalho, enfim, nada passava ao largo do levante popular guianês. A porção francesa na América do Sul se transformou num imenso campo de mobilização popular.

A delegação interministerial, em reunião com as autoridades locais (mas não com os coletivos), anunciou as seguintes medidas e estudos para sua respectiva implementação: extensão da permanência de 25 policiais e 23 *gendarmes*, enviados em novembro de 2016 e já expirando seu tempo de permanência; instalação de um *scanner* no aeroporto para detecção de drogas, junto com a presença de um médico militar para reforçar esse tipo de revista em “mulas” humanas; intensificação dos postos de fiscalização policial em rodovias e rios; início da construção de um centro penitenciário em Saint-Laurent du Maroni; desbloqueio imediato de 20 milhões de euros destinados ao Hospital de Caiena, para honrar contratos e pagar fornecedores; e um plano escalonado de investimentos na casa de 40 milhões de euros pelos próximos cinco anos, com a suspensão da cessão do Centro Médico de Kourou a um grupo de iniciativa privada (FG, 27 de março de 2017, p. 2).

Na corrida presidencial, o assunto teve destaque, quase uma obrigatoriedade dos candidatos se posicionarem a respeito. Jean Luc Mélenchon, da coligação de esquerda “França Insubmissa”, discursou: “[...] no fundo, talvez, somos todos guianeses. A resposta para os problemas dos guianeses está dentro de um futuro em comum”. Marine Le Pen, candidata de direita, culpou o “Estado mínimo” que existiria na Guiana:

Eu estive na Guiana algumas semanas. Eu vi e compreendi que nossos compatriotas da Guiana não podem mais. Eles são como todos nós, eles não suportam mais uma imigração massiva, insegurança, de a Guiana ter se tornado o departamento com mais crimes da França [...]. Eu não desculpo os bloqueios de seus coletivos de cidadãos, mas honestamente eu os compreendo.

Emmanuel Macron, que tentava se posicionar ao centro com uma postura de político não tradicional, foi o primeiro candidato à presidência, segundo acompanhamento das edições do FG, a receber uma delegação de 20 políticos guianenses. Pediu para que todos os guianenses “[...] retornassem à razão e à calma. Bloquear aeroportos, bloquear as cidades, não é aceitável” (FG, 27 de março de 2017, p. 9).

Da miríade de coletivos fragmentados chegou-se a uma centralização no grupo “Pou Lagwiyann dekolé”, título *creole* que poderia ser traduzido como “Para a Guiana Decolar”¹. Presente também a UTG, o coletivo plasmou um primeiro programa de mudanças, condições para que os bloqueios fossem levantados e a greve geral terminada. O documento sintetizou demandas a partir de eixos temáticos, contemplando exigências pontuais e estruturais: Educação: introdução de línguas maternas no ensino, aumento do conteúdo local em História e Geografia, construção de 5 liceus e 10 colégios, gratuidade no transporte escolar, contratação de professores e “estabelecimento de um verdadeiro projeto acadêmico” na Universidade da Guiana francesa. Economia: criação de uma zona franca, cobrança de impostos do garimpo ilegal, estabelecimento de fundos de investimento e apoio à pequena empresa guianesa, revisão dos métodos para a recuperação de organismos sociais e fiscais e cobertura telefônica para toda a Coletividade. Energia: aumento da potência de geração e interconexão entre as pequenas cidades. Reconhecimento dos Direitos dos Povos Autóctones: direito de autonomia e proteção contra o garimpo ilegal em suas terras. Agricultura: legalização de terras de pequenos produtores, melhores preços para exportação e criação de

¹ Título possivelmente inspirado na canção do rapper guianense Freaky Fan, que tinha como frase principal a célebre “*La fusée décolle mais la Guyane reste au sol*”, conhecida por grande parte da população.

um organismo público autônomo. Saúde: anulação de todos os projetos de privatizações, redução do déficit de 5 milhões de euros e investimentos. Segurança e Justiça: reforço nas autoridades policiais, criação de uma “cidade da justiça” e erradicação das favelas (FG, 27 de março de 201, p. 2).

Na sequência, atingiu-se, em termos de população nas ruas, o auge das manifestações. Entre 12 e 20 mil pessoas, de acordo com o cálculo do FG, marcharam pelas ruas de Caiena, respondendo ao chamado do Pou Lagwiann dekolé (Caiena possuía cerca de 60 mil habitantes). As fotos dessa edição são impressionantes (FG, 29 de março de 2017, p. 1). Em outras cidades, como Saint Laurent du Maroni, 4 mil pessoas nas ruas, sugerindo uma mobilização ubíqua. Os “500 irmãos”, ao chegarem na passeata, teriam sido vistos como “super-heróis” pelas crianças, ressaltando o caráter mitológico que o grupo foi adquirindo (FG, 29 de março de 2017, p. 2). Foi uma resposta também frente ao pedido das autoridades em Paris, que exortavam o fim do movimento de rua e dos bloqueios para o avanço das negociações.

Um dia após a marcha, dois ministros chegaram na Coletividade, Éricka Bareigts, de Ultramar, e Matthias Fekl, do Interior. Advogados de Caiena suspenderam a atuação nos tribunais, espécie de greve em solidariedade ao movimento, novamente prometendo suporte jurídico gratuito aos implicados. Até os presidiários, cerca de 400 no complexo penitenciário de Remire-Montjoly, fizeram uma rebelião, prometendo retornar as celas apenas após conversarem com os “500 irmãos” para exporem suas queixas (FG, 29 de março de 2017, p. 3).

3. Negociações

Finalmente iniciaram as negociações com os ministros. Com a programação inicial de passarem 48 horas na Guiana Francesa, eles foram recebidos pelos “500 Irmãos” e pelo “Tròp Violence”. Os ministros Éricka Bareigts e Mathias Fekl agendaram conferências com os coletivos, as autoridades executivas, a associação dos prefeitos e até o clero católico guianense. Coletivos de outras cidades, como Maripasoula, - três diferentes, totalizando 16 pessoas -, desembarcaram em Caiena para conversarem com a equipe ministerial (FG, 30 de março de 2017, p. 3).

Chamou a atenção do jornal a saliente participação das comunidades ameríndias e “quilombolas”, esta última conhecida como *bushinengue*, as quais engrossaram as ruas e escreveram uma lista de exigências. Para o *FG*, eram os “esquecidos da República” que igualmente faziam sentir sua presença e seus direitos. Estavam enraivecidos com o coletivo Pou Lagwiyan dékolé, que havia reduzido 20 pontos em duas linhas no documento de sistematização das demandas. Dentre as aspirações que não viram contempladas, reclamavam: 400 mil hectares de terras, estatuto de “direito particular local”, tal como aplicado aos *Kanaks* de Nova Caledônia, criação de escolas bilíngues, fim da mineração ilegal e memorial em Paris em homenagem a seus mortos, dentre outros (*FG*, 30 de março de 2017, p. 5).

Na imprensa da França europeia, o assunto Guiana Francesa praticamente consolidou-se em todos os grandes jornais. O próprio *FG* pautou as repercussões dos maiores semanários do país. O destaque foi bastante variado, podendo-se perceber uma crítica ao governo central e um apoio aos guianenses, com indicações como “esquecidos”, “banidos”, e outras que visavam a chamar atenção ao que se interpretou como descaso histórico da França com seus territórios ultramarinos. Não passou despercebida a gafe do então candidato Emmanuel Macron, que se referiu à “ilha da Guiana”, confundindo-a possivelmente com Martinica e/ou Guadalupe, destaque então no satírico *Charlie Hebdo* (*idem, ibidem*).

Em 30 de março, na sede da Coletividade, ocorreu a principal reunião com os dois ministros. A negociação em torno dela foi sintomática dos ânimos e da correlação de forças naquele momento. Estipulou-se que dois representantes de cada coletivo estariam na sala, mais os políticos, os ministros e seus assessores, deputados guianenses e um senador. Proibiu-se o acesso da imprensa, bem como da população. A associação dos prefeitos, que seria recebida em seguida à reunião de forma particular, declarou sua participação sob a condição de que os jornalistas estivessem presentes e também os coletivos com seus representantes.

Com muita chuva do lado de fora, centenas de pessoas ficaram acompanhando o que se passava dentro da sala de reuniões. A imprensa pôde ficar apenas no começo, relatando que os movimentos expuseram em 10 minutos a situação da Coletividade e os pontos expressados no documento anterior. Exigiram pedidos de desculpas da Ministra de Ultramar para toda a população guianense, por ter “faltado com respeito”, o que a Ministra a princípio se negou a fazer. No final da tarde, os principais líderes, Mickael Mancée, Olivier Goudet e

José Mariéma discursaram através de megafone, arengando a multidão que não abandonasse a mobilização enquanto os compromissos não fossem registrados por escritos. Éricka Bareigts de fato se desculpou perante o público, por não ter aquilatado o verdadeiro tamanho da crise social (FG, 31 de março de 2017, p. 3). Nada de concreto foi anunciado, apenas o aguardo da consulta dos Ministros ao governo central em Paris.

Na sequência, deu-se uma nova discussão na relação entre os coletivos e as autoridades eleitas. O *FG* trouxe em sua capa a manchete: “O coletivo toma as rédeas das negociações”. Antes da reunião, José Mariéma teria dito ao presidente da Coletividade, Rodolphe Alexandre: “É necessário que mostremos unidade entre o coletivo, os eleitos e os sócio-profissionais (sic). Nós deixaremos vocês conduzirem o debate, nós ficaremos observando” (FG, 1 e 2 de abril de 2017, p. 2). Em outras palavras, políticos e sindicalistas no primeiro plano, coletivos em segundo. Mas não foi consensual entre o movimento essa configuração e, frente às respostas dos Ministros, Pou Lagwiyan dékolé lançou um comunicado explicando que possuíam a legitimidade da população mobilizada, e doravante eles conduziriam as negociações com o governo central.

Olivier Goudet, um dos porta vozes do movimento, indicou aos eleitos que eles haviam perdido sua legitimidade. [...] “A população quer que o coletivo seja o único interlocutor da delegação interministerial. Em um mês e meio, o coletivo fez o que vocês (os eleitos, nota do FG) não conseguiu jamais fazer” (FG, 1 e 2 de abril de 2017, p. 2).

A declaração gerou uma série de debates no seio dos movimentos, a maioria clamando pela necessidade de não quebrar a união até então desenhada entre todos os atores políticos guianenses frente a Paris. Rodolphe Alexandre ficou irado:

Eu não perdi a legitimidade. Eu estive sempre ao lado do coletivo. Nós estamos com o povo, pelo povo e entre o povo. São os ministros que querem a fratura entre os coletivos e os eleitos. São eles que conduziram o país para a situação que nós conhecemos. Vocês querem marchar conosco, vocês marcharão conosco. Mas não se esqueçam que nós fomos eleitos democraticamente e que nós temos o poder da assinatura [...]. Eu não aceito que um prefeito me escreva “você pode vir se o coletivo autorizar”. Onde nós estamos? Numa ditadura? (FG, 1 e 2 de abril de 2017, p. 2).

3.1 Propostas e contrapropostas

Após consultas, estudos e negociações com Paris, os ministros finalmente apresentaram a proposta do governo central: um pacote de ajuda e investimentos no valor de 1 bilhão e 85 milhões de euros, através de rubricas e canais administrativos já instituídos,

com prazos que variavam até dez anos, o que imediatamente foi refutado pelos movimentos. De acordo com o Pou Lagwiyan dékolé, o valor do pacote seria aceito desde que acompanhado por um suplemento de 2,5 bilhões de euros, cifra oriunda da sistematização, em termos de valores, das demandas de todas as categorias representadas pelo coletivo. Com a negativa do governo em considerar a suplementação, os bloqueios se intensificaram.

Naquele ponto, a greve geral da UTG estava suspensa e as barreiras, embora existentes, abriam exceções quando os supermercados ameaçavam ficar desabastecidos ou mesmo em algumas horas específicas do dia. Lembrando que todas as rotas no interior da Guiana Francesa, das mais importantes até as menos usadas, estavam sob controle dos coletivos, que impunham a rotina de abertura ou fechamento conforme a conjuntura de negociações. O Centro Espacial seguia sem condições de programar lançamentos e as companhias aéreas, sobretudo a *Air France* e a *Air Caraibe*, suspendiam ou deslocavam voos para ilhas vizinhas, na impossibilidade de abastecimento no aeroporto de Caiena.

Em linhas gerais, o que o Estado oferecia à Guiana Francesa eram dotações orçamentárias dentro do quadro já acordado do “Pacto do Amanhã”. A delegação ministerial negociou setorialmente com a maioria das categorias, como professores, pescadores, agricultores etc. Todavia, não havia sinais de categorias contempladas ao ponto de anunciar a saída do movimento, tampouco dos políticos guianeses de se deslocarem do lado dos coletivos e passarem para o campo do governo central (FG, 3 de abril de 2017).

Pelo contrário, a fricção entre as autoridades locais e os coletivos diminuiu, a ponto de ambos elaborarem um novo programa de investimentos para a Guiana Francesa com o objetivo de flexibilizar a proposta inicial de 2,5 bilhões de euros. Chegaram a 32 reivindicações, totalizando 2,1 bilhões de euros, e houve uma marcha em direção ao Centro Espacial com o sentido de reforçar a paralisação econômica. O novo “caderno” de reivindicações, resumidamente aqui, reclamava:

20 milhões de euros para a Cultura e centros de memória, 150 milhões para infraestrutura esportiva, 20 milhões de euros para subvenções agrícolas, 80 milhões de euros por novas compensações pelo Centro Espacial, criação de um fundo de ajuda para pequenas empresas em dificuldades, no valor de 20 milhões, 30 milhões para expansão da Universidade, 250 milhões para a construção de 10 colégios e 5 liceus, ajuda para o abate dos débitos dos municípios, construção de hospitais, melhora dos transportes marítimos e rodoviários, melhora do porto, incentivo ao turismo, 250 milhões para

desenvolver a produção de eletricidade, 200 milhões para água potável (FG, 4 de abril de 2017, p. 3).

O período estipulado para o cumprimento de grande parte dessa agenda foi de cinco anos. Novamente sob as ordens do Pou Lagwiyan dékolé, decretou-se a operação “vila morta”, implicando no fechamento de todo o comércio de Caiena.

Em Paris, o Primeiro-Ministro Bernard Cazeneuve, cercado pelos ministros que estiveram na Guiana Francesa, reforçou o plano de ajuda no valor de 1,085 bilhão de euros, descartando o suplemento de 2 bilhões e insinuando que as negociações se encaminhavam para o encerramento. Clamou pelo levantamento das barragens e a volta da normalidade.

Na imprensa de Paris, analisou-se de forma plural o acordo anunciado pelo governo e sua respectiva recusa pelos guianenses. Muitos articulistas especularam que havia um avanço na autonomia da Coletividade, outros dissertaram sobre a necessidade de uma “separação total”, dado que o lugar “só dava despesas” e não “rendimentos” (*idem*, p. 7). Outras opiniões ponderavam para a fragilidade das garantias do governo de François Hollande, que afinal já se encontrava em seu ocaso.

Na Guiana Francesa, outra grande passeata ocorreu em direção ao Centro Espacial na cidade de Kourou. Cerca de 10 mil pessoas marcharam sob o comando do Pou Lagwiyan dékolé. Não houve registros de violência ou repressão, inclusive os líderes foram recebidos pelo diretor do Centro, para seguir com o diálogo em curso. De acordo com uma das lideranças dos “500 irmãos”, Mickael Mancée:

Está fora de questão que nós continuaremos a sofrer aqui enquanto a França continua a defender seus interesses. Nós iremos ao encontro dos interesses da França porque nós também somos os interesses da França. [...] Nós faremos uma marcha pacífica. A violência não serve a ninguém. Nós demandamos que sejamos respeitados e que considerem nosso justo valor. Nós marcharemos ao encontro dos interesses da França para defender nossos interesses. [...] Nós abrimos o caminho. Nós continuaremos a abrir o caminho (FG, 5 de abril de 2018, p. 2).

A reunião com diretores do Centro Espacial se deu com a presença dos políticos guianenses. Assim se expressou outra liderança do movimento, Manuel Jean-Baptiste:

Para o Estado francês, o CSG tem mais importância que a Guiana e que a população guianense. [...] Vocês têm mais poder que o *préfét*. E vocês conhecem nossas reivindicações. Em linhas gerais, nós exigimos um plano de urgência para a Guiana, do contrário sua atividade permanecerá boqueada (FG, 5 de abril de 2018, p. 2, p. 3).

No impasse com o Estado, o movimento apelava para a maior empresa da região, sabendo do seu poderio econômico e de sua capacidade de influenciar as decisões políticas. O Centro Espacial Europeu congregava uma mistura de capitais privados e estatais de vários países, com lucros e dividendos de enorme magnitude.

O *FG* passou a estampar reportagens sobre prejuízos que as paralisações provocadas estariam acarretando. Na edição de 7 de abril, o jornal repercutiu as reclamações da Câmara de Comércio e Indústria da Guiana e da Federação das Pequenas Empresas, indicando a paralisação dos portos e o desabastecimento dos supermercados (*FG*, 7 de abril de 2017, p.3).

Numa grande reportagem, o *FG* relatou que a questão estatutária da Guiana Francesa, apagada na pauta desde o início das manifestações, acabara reaparecendo nas declarações de várias lideranças. Para o editorial, “colocar em debate a questão estatutária frequentemente inclui uma marcha para a independência” (*idem*, p. 5). Nesse sentido, apareceram panfletos do partido “Movimento de Descolonização e de Emancipação Social (MDES)”, explicando que autonomia seria “uma coletividade que permanece sob a República, mas se administra livremente e se gere pelas suas próprias leis” (*idem, ibidem*).

No meio da maior crise social da Guiana Francesa, as eleições presidenciais majoritárias, a dez dias de acontecer, e uma das mais acirradas, de acordo com as sondagens prévias, parecia envolta numa apatia inversamente contrária às mobilizações de rua. Por conta dos bloqueios, tanto naval quanto aéreo, não se distribuiu o material de campanha dos candidatos. Segundo Isabelle Patient, terceira vice-presidente da Coletividade e apoiadora oficial da candidatura de Emmanuel Macron:

A campanha não está fortemente audível no contexto atual, mesmo se Emmanuel Macron se dirigir aos guianenses em várias ocasiões e tiver ocasião de reagir sobre o que se passa no departamento através de diferentes emissoras as redes locais não transmitirão (*FG*, 11 de abril de 2017, p. 6).

Para Gamal Hooseinbux, apoiador oficial de François Fillon:

[...] não é o assunto prioritário para nossos compatriotas e eu realmente não sei se uma campanha de corpo a corpo será realizada [...] O que vai acontecer, eu acho, é que as profissões de fé serão enviadas a todos os domicílios. E vá se limitar a isso (*FG*, 11 de abril de 2017, p. 6).

Além de a reportagem conter fotos dos centros cívicos limpos de qualquer material de campanha, trazia na sequência um comentário sobre a vontade dos manifestantes de

votarem em branco, de sorte a “punir” a classe política pela situação na Coletividade. Se cogitava, inclusive, o bloqueio dos lugares de votação no dia (*idem, ibidem*), uma grave e significativa dissonância entre o movimento social e seus objetivos com os caminhos da política institucional.

A pressão se fazia sentir no Centro Espacial Europeu, com o retorno à Rússia de 270 funcionários, entre engenheiros, técnicos e trabalhadores braçais, que, após vivenciarem o impedimento do lançamento da sonda do tipo *Soyouz*, marcada para 4 de abril, e aguardar o desfecho da situação, eram mandados de volta para casa por “falta de atividade” (*idem, p. 4*). No total, foram três os lançamentos adiados: Ariane 5, programado para 21 de março, *Soyouz*, para 4 de abril, e uma outra etapa do Ariane 5, para 23 de abril.

Novas negociações se iniciaram entre os coletivos, liderados pelo Pou Lagwiyan dékolé, as autoridades da Coletividade e a prefeitura de Caiena, com manifestantes acampando ao redor da sede da prefeitura. Composto de oito páginas, o novo documento reafirmou a cifra de 1 bilhão e 86 milhões de euros, já apresentada pelo governo de Paris, com a promessa de aumento das forças policiais, ajuda financeira aos hospitais e aumento nos investimentos para a construção de novas escolas. Os 2 bilhões e 100 milhões suplementares ficariam separados para um acordo específico, a ser discutido após a finalização do movimento (FG, 21 de abril de 2017, p. 3).

Também se cogitou a adoção um calendário de debates, entre os parlamentares e o executivo guianense, na questão da “evolução estatutária”, com a possibilidade de um *referendum* popular. Insinuou-se, por parte de Paris, a garantia de que nenhum líder dos coletivos sofreria retaliações pelas respectivas atuações.

O chamado “polo econômico” do movimento, formado por agricultores e pequenos e médios empresários, amplificou as críticas aos bloqueios (FG, 21 de abril de 2017, p. 3). Só nesse contexto apareceu no FG uma declaração dos principais partidos da Guiana Francesa, AGEP, PPG, Guyane Écologie, PSG, MDES e Walwari, apoiando o movimento em geral. Diziam que estavam “totalmente solidários com as reivindicações expressas pela população e conduzidas pelo coletivo Pou Lagwiyan dékolé. Unidos, demandavam os 2,1 bilhões adicionais ao plano de urgência, mais um “calendário de consultas para a evolução estatutária da Coletividade”, além da suspensão de qualquer penalidade a ser aplicada aos líderes do movimento (FG, 21 de abril de 2017, p. 4).

Há dois dias do primeiro turno das eleições presidenciais francesas, os candidatos apresentaram suas últimas considerações antes do pleito sobre as Coletividades de Ultramar, assunto inflacionado pelo que ocorria na Guiana Francesa. François Fillon destacou a luta contra a imigração clandestina como uma “prioridade”. Marine Le Pen, também nessa linha, prometeu reforço maciço do policiamento no sentido de fazer “respeitar as fronteiras da França”. Emmanuel Macron, por seu turno, falou de incentivos à mineração em detrimento da extração de petróleo, mais autonomia administrativa e baixo preço das passagens com aumento do número de voos, no sentido de melhorar a circulação de pessoas pela França europeia e os territórios ultramarinos. Jean-Luc Mélenchon se posicionou favoravelmente a uma “planificação ecológica”, no sentido de autonomia energética, proteção ao Estados contra os “monopólios privados”, destacando a “riqueza cultural local”, que deveria inclusive entrar nos currículos de todas as escolas francesas. Philippe Poutou, do NPA, partido de inspiração trotskista, foi o único que afirmou ser a favor de uma separação total, com a retirada do pessoal militar francês do ultramar e a “autodeterminação das populações” e sua “reivindicação da independência” (FG, 21 de abril de 2017, p. 9). No dia das eleições presidenciais, o FG estampou em sua capa “Acordo concluído”, sinalizando o fechamento desse ciclo de reivindicações populares (FG, 22 e 23 de abril de 2017).

Acordou-se a dotação de 1 bilhão e 86 milhões de euros, chamado de “Plano de Emergência”, com previsão de aumentar o efetivo policial, manutenção estatal do Centro Médico de Kourou, 60 milhões para o Hospital de Caiena, 250 milhões para a prefeitura de Caiena construir colégios e liceus, terrenos de 250 mil hectares do Estado para os municípios guianenses, 400 mil hectares para ameríndios e *bushnégue*, estudos para o aumento da rede rodoviária, reescalonamento de dívidas da Coletividade, investimentos em agricultura e pesca e *lobby* na União Europeia para a indústria madeireira da Guiana Francesa.

O pacote suplementar de 2 bilhões e 100 milhões de euros foi colocado na condição de “estudo sem demora”. As barreiras foram levantadas e as eleições presidenciais transcorreram normalmente.

Considerações finais

A consideração de que o movimento se encerrou com o acordo foi do jornal FG e de alguns líderes do coletivo Pou Lagwiyann dékolé, dado que este se fragmentou ainda mais após o acordo assinado. Embora parte do coletivo, junto a outros, continuasse as

reivindicações, os bloqueios e a greve não voltaram, e progressivamente a Coletividade retomou seu ritmo usual.

De acordo com dados estatísticos, a Guiana Francesa, como região periférica do Estado francês, padece ainda mais em relação aos problemas da economia mundial. Sua população é de 40% de jovens abaixo dos 24 anos e o desemprego chega a mais de 50%. Mais da metade da população é nascida fora do território. Importa 1,2 bilhões em mercadorias e exporta apenas 138 milhões. Mais de 40% da população vive na linha da pobreza (INSEE, 2015).

Com o ciclo recessivo aberto em 2008, as contradições econômicas se acentuaram, numa coletividade deveras fragmentada etnicamente, com uma população diversificada entre brancos nascidos na Europa, negros e mulatos nascidos no local, chineses, brasileiros, asiáticos oriundos das ex-colônias na Indochina, ameríndios, *bushnengue* etc. A ausência de perspectiva da juventude somada ao *status* de dependência política, quase sem indústrias, mas com um poderoso Centro Espacial, ajuda a entender a organização de vários descontentamentos, explosivos no contexto de violência urbana e proximidade com as eleições.

Nesse sentido, interessante observar que a política institucional da França europeia não esteve articulada ao movimento, que ameaçou inclusive não permitir o escrutínio na Guiana Francesa. Os presidenciáveis em campanha foram pegos de surpresa, também, com o avanço da pauta autonomista, numa sociedade cindida e que tem nos subsídios da União Europeia e na circulação do Euro um chamativo para imigrantes pobres da região.

O objetivo neste artigo foi muito mais realizar uma narrativa cronológica dos acontecimentos do que propriamente uma análise aprofundada das contradições e do próprio jornal. É de extrema dificuldade amear informações sobre a diversidade das lideranças, os tipos de coletivos e suas relações mútuas e com os políticos guianenses, o real peso do Pou Lagwiyan dékolé e a hegemonia dentro dele, o papel da UTG e o tensionamento entre empresários, trabalhadores, funcionários públicos, desempregados, mulheres, juventude, povos autóctones e imigrantes.

Acredito que muitos trabalhos estão sendo escritos por acadêmicos e analistas guianenses, que certamente enriquecerão o entendimento sobre o assunto. A

internacionalista Kamila Massoud defendeu uma excelente dissertação de mestrado em 2020, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) a respeito da revolta, mobilizando paradigmas das relações internacionais para a pesquisa, qual sejam, a Escola de Copenhague e os Estudos sobre a Paz (MASSOUD, 2020). Utilizou da mesma coleção do *France-Guyane* para referendar suas hipóteses.

No ano de 2018, o *FG* lançou uma encadernação especial comemorativa, entrevistando várias lideranças e fazendo um balanço do março/abril de 2017. Mickael Mancée afirmou que “[...] em termos de segurança, nada mudou”, embora a consciência política do povo guianense, na sua opinião, tenha ganho um imenso salto de qualidade (FG, 2018, p. 3). Para o deputado Gabriel Serville, as conquistas do movimento “[...] não são financiadas por créditos novos, mas pelo realinhamento de créditos que já haviam sido endereçados à Guiana” (FG, 2018, p. 5). Emmanuel Macron, já empossado presidente da República, visitou a Guiana Francesa e afirmou que jamais conversaria com os coletivos, senão com os “interlocutores legítimos”, quais sejam, “os eleitos da República” (FG, 2018, p. 11).

O *FG* enumerou 29 setores contemplados pelo acordo, sendo que 21 foram ou estariam sendo cumpridos na íntegra, três estariam ainda em fase de planejamento e cinco estariam relegados ao esquecimento (FG, 2018, p. 6-7).

De qualquer forma, os problemas de desigualdade social e violência seguem bastante presentes no cotidiano da população guianesa, ao mesmo tempo em que a conscientização das possibilidades de solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVLAK, Iuri. *Introdução à História da Guiana Francesa*. Macapá; Rio de Janeiro: Editora da Unifap; Autografia, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: Da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson; SOTTA, Elenide (org.). *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperação em construção*. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

GRANGER, Stéphane. *La Guyane, collectivité française et européenne d'outre-mer entre plusieurs mondes*. Diploweb. Fev. 2017. Disponível em: <https://www.diploweb.com/La-Guyane-collectivite-francaise-et-europeenne-d-outre-mer-entre-plusieurs-mondes.html>. Acesso em : 24 jun. 2018.

INSEE : Institut national de la statistique et des études économiques. *Dossier Complet: Département de la Guyane*. 2015.

MAM LAM FOUCK, Serge ; ANAKESA, Apollinaire. *Nouvelle Histoire de la Guyane: Des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2013.

MASSOUD, Kamila. *Nou Bon Ké Sa!: Análise das Movimentações Sociais de 2017 na Guiana Francesa*. Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF). Macapá. Dissertação de Mestrado, 2020.

NÉRON, André. Le Conseil Général à L'Épreuve de Vingt-Cinq Années de Décentralisation (1982-2007). In: MAM LAM FOUCK, Serge (org). *Comprendre la Guyane d'Aujourd'hui*. Matoury: Ibis Rouge, 2007.

MAURICE, Edenz. *Les Enseignants et la Politisation de la Guyane (1946-1970): L'émergence de la gauche guyanaise*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2014.

PAZ JUNIOR, Adalberto Ferreira. *Repúblicas Contestadas: Liberdade, Trabalho e Disputas políticas na Amazônia do Século XIX*. 2017. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2017.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal. O Cunani e Outras Repúblicas: In: GOMES, Flávio (org). *Nas Terras do Cabo Norte*. Belém: Editora da UFPA, 1999.

REIS, Artur César Ferreira. A Ocupação de Caiena. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel, 1985.

ROMANI, Carlo. O Massacre de Amapá: A Guerra Imperialista que não houve. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n. 95, p. 85-118, 2010.

FONTES

Jornal *France – Guyane*. Edições de 18 de março a 23 de abril de 2017.

Jornal *France – Guyane*. Encadernamento Especial “Mouvement Social: Un an après”.

ANEXOS



Fonte: France-Guyane, foto de capa, n. 8574, 29 de março de 2017.

Pacte d'avenir : ce qui a fait pencher la balance
Plusieurs modifications concernant le foncier, les constructions scolaires, la route Cayenne-Kourou et le paiement des minima sociaux ont convaincu Alexandre de signer page 4

FRANCE-GUYANE
www.franceguyane.fr
SAM. 18 & DIM. 19 MARS 2017 N° 8565 • 1,80 €

Le coup de force
page 2

Trafic de viande de bois
Trois habitants de Saint-Laurent ont été arrêtés cette semaine après la saisie de 600 kg d'espèces protégées page 5

DH : journée cruciale
page 17

« Qu'il y ait 10 Bamby »
Les chanteurs Jahyanai King et Bamby se confient avant leur concert de ce soir à Saint-Laurent du Maroni page 10

Journée mondiale de l'eau / 22 mars 2017
L'eau : ressource naturelle à préserver
20 > 25 mars 2017
Une semaine d'événements pour parler des enjeux de l'eau !
Programme disponible sur : Office de l'Eau de Guyane ou www.eauguyane.fr

Soyons tous concernés par l'eau !

ars

3 756001 850161

Fonte: France-Guyane, foto de capa, n. 8565, edição de 18 e 19 de março de 2017.

Le commerçant de Césaire acquitté

Hier, la cour a reconnu la légitime défense à Qifa Chen, qui avait tué un braqueur, le 28 juin 2011

page 13

FRANCE-GUYANE

SAM. 25 & DIM. 26 MARS 2017

www.franceguyane.fr

N° 8571 • 1,80 €

- ❑ La délégation du gouvernement
- ❑ Le refus des collectifs
- ❑ Les propositions de Bareigts
- ❑ Des violences en marge des barrages
- ❑ Le Maroni se mobilise
- ❑ Du fumier sur la préfecture
- ❑ Avant 2017 : 1996 et 2008

L'enlisement ?

nos huit pages spéciales

Nouveau

TUCSON

A partir de 22 900 €*

*Prix valable du 20 mars au 30 avril 2017 pour un TUCSON essence initial 1.6 (201) 132CV natuf hors options au prix de 22 900 € (23490 € - 590 € d'avantage client), prix tarifé au 01/01/2017 hors immatriculation et Ecotax. Consommation : 6,3l/100km. Emissions de CO₂ : 147g/km. Voir conditions en concession. Dans la limite des stocks disponibles. Photo non contractuelle. SUD MOTORS RCS Cayenne 424145886 - SAS capital 2 500 000 €

www.hyundai-guyane.com

Hyundai Guyane

Z.I. Collier V 97300 Cayenne 0594 25 66 39

Auto Loisirs 97310 Kourou 0594 32 44 09

Sud Motors

Fonte: France-Guyane, foto de capa, n. 8571, edição de 25 e 26 de março de 2017.

Iuri Cavlak. REVOLTA POLÍTICA E CONTRADIÇÕES SOCIAIS NA GUIANA FRANCESA

2

FRANCE-GUYANE | Samedi 25 & dimanche 26 mars 2017

POUR NOUS CONTACTER

17, rue La Fayette
97300 Cayenne
Tel : (05 94 29 70 00)
Fax : (05 94 29 70 22)
Email :
france.guyane@agmedias.fr

24 HEURES EN GUYANE

Négociations et dissensions

Le gouvernement a annoncé hier l'envoi d'une délégation interministérielle pour négocier avec les collectifs. Ceux-ci ont refusé. Les transporteurs ont semblé prêts à discuter, avant de se ranger à la position du collectif. Monique Guard, de Citoyens-Citoyennes, a aussi entonné un refrain différent. Les élus pourraient vouloir jouer leur propre carte, en pleine campagne électorale. La préfecture, elle, a été couverte de lisier. Des sapeurs-pompiers ont été sollicités pour la nettoyer. Certains se sont dépêchés de faire savoir qu'ils refusaient.

La Guyane réclame des ministres, l'État envoie des fonctionnaires

Le Premier ministre **Bernard Cazeneuve** a annoncé hier après-midi l'envoi d'une **délégation interministérielle** en Guyane. Sur place, **la joie a été de courte durée : aucun ministre ne sera du voyage.**

Ce sera une délégation interministérielle... sans ministre, qui devrait débarquer à Cayenne aujourd'hui ou demain. Occupés à faire leurs cartons avant de quitter le gouvernement, les ministres ont passé le flambeau à de hauts fonctionnaires d'État. Dans son communiqué d'annonce, Matignon indique : « Afin de nouer un dialogue constructif et apaisé, le Premier ministre a décidé d'envoyer sans délai en Guyane une mission interministérielle de haut niveau afin d'entendre et d'analyser toutes les difficultés soulevées et de poser les bases d'une négociation susceptible de déboucher sur des mesures opérationnelles et rapides. » Ce n'est pas la réponse qu'attendaient les manifestants. Depuis les premières heures de la mobilisation, ceux-ci réclament en effet la venue de plusieurs ministres (lire ci-dessous). Le gouvernement se contente d'une demi-réponse.

UNE DÉLÉGATION MENÉE PAR UN ANCIEN PRÉFET DE GUYANE
Composée de sept personnes*, la délégation sera menée par Jean-François Cordet, ancien préfet de Guyane (27 mai 1992 - 4 janvier 1995) et aujourd'hui conseiller maître à la Cour des comptes. Antoine Karam, qui prenait au même

moment ses fonctions de président de Région, se souvient d'un homme « très calme, à l'écoute et reconnu pour ses capacités à gérer les crises ». Ensemble, ils ont fait face au MSU (Mouvement social unifié) : une grève générale qui avait paralysé la Guyane pendant douze jours, en octobre 1992. « J'avais récupéré la Région avec un déficit de 130 millions d'euros (800 millions de francs à l'époque). La commande publique était au point mort et les emplois dans le BTP étaient passés de 4 000 à 2 000 en moins de six mois, se souvient l'actuel sénateur. Pendant onze jours, on avait négocié en préfecture. C'est comme ça que j'avais rencontré Jean-François Cordet. Nous avons eu d'excellentes relations et il avait su travailler avec les Guyanais et les élus. » L'ancien préfet aura à ses côtés deux autres figures bien connues des Guyanais : le général Lambert Lucas et Joël Barre, respectivement commandant de la gendarmerie Outre-mer et directeur général délégué du Cnes (lire ci-dessous).

Karin SCHERHAG ■

* Les quatre autres membres de la délégation sont Michel Yahiel, commissaire général de France Stratégie, Corinne Orzechowski, préfète et directrice générale des Outre-mer, Pascal Belin, commissaire divisionnaire et Jean de Croone, directeur adjoint de l'immigration au ministère de l'Intérieur.



Jean-François Cordet, préfet de Guyane de 1992 à 1995, mènera la délégation | photo DR



Joël Barre, ancien directeur du centre spatial

Parmi la délégation interministérielle, les Guyanais vont retrouver une autre tête connue. Celle de Joël Barre, qui fut directeur du centre spatial de 2007 à 2012. À ce titre, il a connu les barrages de 2008, au cours desquels il avait gelé l'activité du site. En 2011, il était encore aux manettes quand, pour la première fois, un mouvement social avait empêché Ariane-5 de décoller.

Lambert Lucas, ancien patron des gendarmes

Le général Lucas connaît bien la Guyane. Il a été le patron des gendarmes de 2012 à 2016, période durant laquelle les chiffres de l'opillage clandestin et de la délinquance ont baissé. C'est aussi à cette période que plusieurs dispositifs ont été mis en place, comme les Voisins vigilants, les SMS commerciaux et les conventions Evidence dans l'Éducation nationale.



Adelson satisfait

Le maire de Macouria a profité de son séjour à Paris pour solliciter un rendez-vous au ministère des Outre-mer. Accompagné du maire de Sinnamary, Jean-Claude Madeline, il a enchaîné les réunions de travail hier. Avec les membres du cabinet d'Érika Bareigts d'abord où « il y a une prise en compte des problématiques de la Guyane dans son ensemble, tant sur le plan socio-économique qu'en matière d'éducation, de sécurité et d'énergie », estime Gilles Adelson. Dans l'après-midi, les deux maires ont été reçus à l'Élysée où ils ont échangé avec Marc Vay, le conseiller Outre-mer du président de la République. « C'est notamment cette rencontre qui a valu

l'envoi d'une délégation en Guyane dès que possible », se félicite Gilles Adelson. Une délégation sans ministre ? Le maire de Macouria répond : « Le problème, c'est que les ministres sont à trois semaines du départ. Ils sont en train de faire leurs valises. Il y aura néanmoins une continuité administrative ; les gens qui composent la délégation seront toujours là après l'élection présidentielle et ils auront à charge de faire la transition. En plus, ce sont des hauts fonctionnaires et ils connaissent la Guyane. Ils sont déjà sensibilisés aux problèmes du territoire et seront aptes à apporter des solutions concrètes et opérationnelles. C'est ce que nous espérons. »

Karam et Serville contrariés

La déception de nos parlementaires était grande hier, à l'annonce de la composition de la délégation. Joint par téléphone, le sénateur Antoine Karam a indiqué qu'il restait campé sur ses positions : « Je souhaite la bienvenue à une délégation interministérielle en Guyane. Mais si celle-ci n'est pas conduite par au moins un ministre de la République comme tout le monde le réclame depuis des jours, ça ne m'intéresse pas. Je ne suis pas d'accord. » Le sénateur ne ferme toutefois pas la porte à de possibles négociations. Quelques heures après l'annonce de Matignon, le député Gabriel Serville a réagi par voie de communiqué : « Si les hauts fonctionnaires sont capables de faire de bons diagnostics, les remèdes politiques et budgétaires dépen-

dront toujours de la volonté politique du sommet de l'État. C'est pourquoi j'ai réitéré ma demande de dépêcher en Guyane urgemment un ministre de premier plan à la tête de la délégation, sauf à démontrer que la délégation possède un vrai pouvoir de décision et de signature. »

* Les quatre parlementaires guyanais ont adressé un courrier au Premier ministre Bernard Cazeneuve pour réclamer la venue d'une délégation de ministres. « Il nous paraît indispensable de mettre de côté les contraintes d'ordres réglementaire et législatif qui empêcheraient le déplacement d'une délégation interministérielle sur le sol guyanais. Tout autant, il nous semble inacceptable d'opposer la période de réserve qui précède les élections à la situation de crise que connaît le territoire guyanais », ont-ils écrit.

Les collectifs ne veulent pas de la délégation

Pas de négociation avec la délégation. C'est la réponse des différents collectifs hier après trois heures de réunion à Sinnamary, à l'annonce du Premier ministre. « Nous ne rencontrerons pas cette délégation interministérielle, a annoncé José Maréchal, un des porte-parole des collectifs. Les élus qui s'engagent dans une négociation parallèle avec cette délégation porteront toute la responsabilité. Nous demandons aux élus guyanais de suivre la population. Nous voulons le Premier ministre, les ministres des Finances, de l'Éducation et

de la Santé. » Même son de cloche chez Rodolphe Alexandre, président de la Collectivité territoriale, qui prévient qu'il ne négociera pas s'il n'y a pas de ministre. « Il faut qu'on comprenne qu'il y a un nas-le-bot. Si c'est ma tête qu'on veut, qu'ils viennent. On méprise les Guyanais. Quand on vote la loi égalitaire réelle et qu'on nous plombe sur les 19 millions... S'il le faut, le budget de la CTG, on ne le votera pas. » Sur les barrages hier, certains n'écartaient cependant pas la possibilité de négocier, notamment chez les transporteurs.

2

FRANCE-GUYANE ▶ Samedi 18 & dimanche 19 mars 2017

POUR NOUS CONTACTER

17, rue Lalbuquet
97300 Cayenne
Tél. : 05 94 33 70 00
Fax : 05 94 28 70 22
Email : france.guyane@regmedia.fr
france.guyane@regmedia.fr

24 HEURES EN GUYANE

Le pont de l'Oyapock inauguré... sans Royal

Hier midi, Ségolène Royal a été formelle : « Le ministre des Affaires étrangères brésilien ne vient pas donc je ne vais pas inaugurer seule un pont franco-brésilien. Je reviendrai quand il se dirigera ». Dans la foulée, le ministre de l'Environnement a avancé son vol retour vers Paris à hier soir. Et alors que France-Guyane annonçait un énième report de l'inauguration du pont de l'Oyapock, les services de la préfecture nous informaient que le pont serait bel et bien inauguré... par le préfet de Guyane et le gouverneur de l'Amap.

A pa mo ki di

LA CTG COMME UN SEUL HOMME

Tous les parrainages des élus guyanais ne sont pas encore connus. Mais sur les vingt rendus publics, douze vont à Macron. Ils proviennent pour l'essentiel de l'équipe de Rodolphe Alexandre à la CTG, avec Desert, Fortuné, Ling, Madeleine, Marie, Marius, Mathurin, Patient, Read et Ventura. Dans l'équipe du président, seuls Ringuet, Jean (Juppé), Sirder (Fillon), Boucheida et Roumillac (Yade) sont allés voir ailleurs. Ces derniers ont choisi comme le conseiller d'opposition Kaba Béchet, qui n'est donc pas d'accord avec Gauthier Horth (Témaru). Le président tient donc bien son équipe. Un seul autre élu s'est prononcé pour l'heure : Jules Dele, pour Rama Yade.

LA PHRASE

Les Outre-mer nous donnent une force humaine au-delà des distances et des différends



François Hollande, hier en lançant la Cité des Outre-mer, à Paris

LE CHIFFRE

32% des 15-24 ans de Guyane sont « neet » (ni emploi, ni études, ni formation) et le taux de chômage des jeunes de 15 à 24 ans s'élève à 40 %, rappelle l'observatoire public régional de formation (OPRF) dans un communiqué. C'est pourquoi il participe, jeudi, à la Journée nationale des jeunes à la découverte des métiers et des professions. L'OPRF organise son public de jeunes à la découverte des industries L'Aviation et Procap de Matoury. L'objectif de ces visites est de faire découvrir les métiers qui y sont exercés.

LES GARDES DU WEEK-END

> **PHARMACIES DE GARDE.**
ILE DE CAYENNE. Appeler le 0694 44 07 27.
KOUROU. Pharmacie des Amériques, avenue Paracabo, tél. 0594 32 02 95.
SAINTE-LAURENT. Pharmacie de l'Hôpital, 16, boulevard du Général-De-Gaulle, tél. 0594 34 87 06.
> **MÉDECINS DE GARDE.**
CAYENNE. Garde des médecins libéraux à côté des urgences de l'hôpital.
SAINTE-LAURENT. Samedi et dimanche de 17 h à 19 h : D'Moubitang, tél. 05 94 34 84 95.

Les 500 Frères s'invitent en force à la CTG

Les 500 Frères ont fait irruption hier matin dans l'auditorium où Ségolène Royal présidait la convention de Carthagène. Ils ont imploré la ministre d'intervenir en faveur de l'extradition des détenus étrangers.

S'ils voulaient faire sensation, les 500 Frères ont parfaitement réussi leur coup. Hier matin, alors que la conférence réunissant les représentants de tous les pays de la Caraïbe venait à peine de s'ouvrir en salle de délibérations de la Collectivité territoriale de Guyane (CTG), un brouhaha s'est fait entendre dans le couloir. Un grondement sourd, inexplicable, jusqu'à l'ouverture soudaine de la porte et l'entrée en force des membres du collectif. Moment de stupeur. Le poing levé, évidemment encagoulés et vêtus de noir, les 500 Frères ont scandé leur slogan : « Voleurs, non bon ké sa ! Braqueurs, non bon ké sa ! Pilleurs, non bon ké sa ! Violateurs, non bon ké sa ! » - avant de s'adresser directement à Ségolène Royal. Imperturbable, la ministre de l'Environnement a écouté leurs revendications. « Dans ce pays, on tue les gens pour rien et personne ne dit rien. La France doit nous mettre en sécurité. Ce pays en a marre, il va mal. Il y a eu quatre morts (à Cayenne) en quatre semaines : les lois ne sont pas bonnes pour ici. Il faut signer des accords d'extradition parce que 80 % des prisonniers (à Rémire-Montjoly, ndr) sont des étrangers ! Ça pourrait la Guyane et on veut que ce soit réglé une fois pour toutes. On n'est pas racistes mais on veut la paix en Guyane. On n'est pas méchants. On vous respecte. Alors si vous aimez la Guyane, nous vous demandons solennellement de faire venir les ministres de l'Intérieur, des Affaires étrangères, de la Santé et de l'Éducation. »

« **JE COMPRENS VOTRE EXASPÉRATION** » Ségolène Royal a fait face aux 500 Frères. Et abondé dans leur sens. « Hier (jeudi), les



Pour s'entretenir avec Ségolène Royal, les 500 Frères se sont passés de cartons d'invitation / photo NS

chefs coutumiers m'ont raconté que leurs femmes ne pouvaient plus sortir seules en forêt. Il y a en Guyane un problème de sécurité extrêmement lourd. Je comprends votre exaspération. Dès mon retour à Paris, je vais demander que soient mis en place un dispositif d'urgence et un comité de pilotage spécifique. Il y a aussi le phénomène de très forte immigration clandestine, intolérable, qui est de dire les choses comme elles sont. » Vantant les mérites de l'escadron de gendarmes mobiles dépêchés depuis le mois de novembre, la ministre a également indiqué qu'elle

demanderait au gouvernement la nomination en Guyane d'un préfet de police. Apaisés, les 500 Frères ont quitté la salle, en reprenant un chœur leur slogan, sous les regards ébahis des délégations étrangères. « Vous ne risquez rien, ils sont contre la violence », leur a lancé Ségolène Royal, avant de leur faire part de leurs motivations. Pas sûr que l'image de la Guyane qui parvient à nos voisins caribéens soit très positive. Resté à l'écart des échanges, Rodolphe Alexandre a confié plus tard qu'il « favoriserait son linge sale avec les 500 Frères »

Karin SCHERHAG



Un des 500 Frères posté hier devant le consulat du Suriname, à Cayenne / photo ON

Les 500 Frères veulent des accords transfrontaliers sur la sécurité

Hier, les rues autour de la place des Palmistes, à Cayenne, étaient à l'arrêt. La raison : les 500 Frères et Trop Violents. Ils bloquaient la rue Héder, à hauteur du consulat surinamais afin de faire bouger les élus et les forces de l'ordre pour trouver des accords avec les pays limitrophes. « Nous voulons que les détenus surinamais, brésiliens et guyanais soient remis aux autorités de leur pays d'origine. Quand ils sortent de la prison de Rémire, ils restent en Guyane, se réorganisent en bandes pour mieux sévir dans nos quartiers », dénonce Mickaël Mansé. Ils ont rencontré les consuls des trois pays voisins en fin d'après-midi.

2

POUR NOUS CONTACTER

17, rue L'Éclaircie
97 300 Cayenne
Tél. : 05 94 29 70 00
Fax : 05 94 29 70 23
Email : france.guyane@franceguyane.fr

FRANCE-GUYANE • Mercredi 19 avril 2017

24 HEURES EN GUYANE

Retour chaotique des jeunes athlètes

La sélection d'athlétisme aux Carifta Games connaît un retour difficile de Curacao (lire également en page 3). Arrivés au Suriname, les jeunes athlètes n'auront plus de correspondance pour Cayenne. L'ambassade de France a interpellé le ministre des Affaires étrangères du Suriname, pour s'assurer qu'ils soient conduits dans un hôtel à Paramaribo et leur éviter de passer la nuit à l'aéroport.

« Les décisions du collectif sont prises dans le dos du peuple »

Mikaël Mancée a annoncé hier qu'il se retirait du collectif Pou Lagwiyan dékolé. Le leader charismatique du mouvement regrette que « l'évolution de la mobilisation ne soit pas en adéquation avec sa vision des choses ». Avant d'ajouter que « le combat continuera ».

Chaque mot a été pesé, l'enchaînement du propos a été minutieusement étudié. Hier soir, par une lettre de quatre pages, Mikaël Mancée a annoncé qu'il se retirait du collectif. Le leader charismatique travaillait son annonce depuis la semaine dernière, selon ses proches. Il s'est entouré pour que chaque phrase soit parfaitement ciselée. L'effet est réussi, notamment quand il s'agit de dénoncer les dysfonctionnements de Pou Lagwiyan dékolé.

« Les décisions du collectif sont prises dans le dos du peuple. Les lobbies sont structurés, la jeunesse n'est pas positionnée, les médias sont écartés, les tentatives de récupération sont manifestes [...] Lentement mais sûrement, nous avançons vers un bain de sang alors que nous avons besoin d'un bain de connaissances et de savoir. »

Ce sont les barrages qui sont dans le viseur du policier : « Il est vrai que les barrages ont mobilisé à un moment. Mais nous sommes en 2017. Ces façons de faire datent, à mon sens, d'un autre temps. » Pour lui, les discus-

sions dans les médias, dans les sondages, dans les familles, sur les barrages font qu'il « ne se reconnaît pas dans les méthodes employées [...] Elles ne correspondent pas aux idéaux de la marche qui avait attiré à nous les médias nationaux et internationaux. » Il fait donc « un dernier appel pour un réveil immédiat par de nouvelles méthodes ». Il estime que les Guyanais doivent relever « le défi de l'intelligence » lancé par l'État en présentant des demandes « lourdes, solides et fortes [...] Nous ne voulons pas faire vite, nous voulons faire bien. » Et cela passe aussi, selon lui, par les élus.

Pour Mikaël Mancée, le combat ne s'arrête pas. « Mon implication, ma solidarité, ma détermination ne changent pas ni ma volonté de travailler activement pour la Guyane, mais avec des outils fondamentalement différents. Restons déterminés dans notre tête et dans notre cœur. »

P.-Y. C. & K. S. ■

Retrouvez la lettre de Mikaël Mancée sur franceguyane.fr

Mikaël Mancée estime que les Guyanais doivent relever « le défi de l'intelligence » / photo AFP

Le pôle économique et les peuples autochtones se démarquent aussi

Après l'annonce de Mikaël Mancée hier soir, le collectif des peuples autochtones devrait annoncer à son tour, ce matin, qu'il quitte Pou Lagwiyan dékolé. Le principal point de désaccord porte sur la revendication foncière de Pou Lagwiyan dékolé, qui demande à l'État de céder toutes ses terres. Hier, le pôle économique a aussi fait entendre une note discordante. Il « dénonce le fonctionnement actuel du collectif. Son organisation fait l'objet de dérives ». Il déplore « la faible représentativité de certains pôles » et demande « que l'ensemble des syndicats salariés y soit désormais associé ». Il critique le durcissement des barrages et propose de « poursuivre les réunions de travail » avec l'État. Hier, un conseiller du Premier ministre a relayé le communiqué des socioprofessionnels appelant à la levée des barrages.

Une proposition du gouvernement

Hier soir, le gouvernement a envoyé une proposition d'accord modifié au collectif, au terme d'une journée marquée par l'apparition de nouveaux barrages. Pou Lagwiyan dékolé promet de répondre à l'État « dans les plus brefs délais ».

Lundi soir, Valérie Vanoukia promettait qu'une fin de conflit dès aujourd'hui était possible, si le gouvernement signait les propositions envoyées ce week-end par le collectif Pou Lagwiyan dékolé. Hier soir, l'État n'avait rien signé, mais a envoyé un « accord de Guyane modifiée » au collectif. Celui-ci s'est immédiatement mis au travail pour l'étudier.

« Cette réponse ouvre (la porte) à un travail qui se fera en conjoint accord avec le gouvernement, les élus locaux et le collectif. Nous en prenons (connaissance) ce (mardi) soir et serons en mesure d'y répondre dans les meilleurs délais. » Érika Bareigts, la ministre des Outre-mer, a prévu de communiquer sur le sujet ce matin.

Cette proposition arrive au terme d'une journée marquée par l'installation de nouveaux barrages. À l'aube, comme annoncé lundi en fin de soirée, la route du Tigre a été bloquée par le collectif. Jusqu'à présent, cet axe qui permet notamment de rejoindre la nouvelle route qui conduit au Parc Lindor, à Rémire-Montjoly, avait été épargné. Quelques membres des 500 Frères occupent le site. « Il y a des personnes qui ne sont pas contentes mais bon, moi aussi je devrais être au travail aujourd'hui », remarque l'un des hommes qui procède au filtrage des véhicules. Les piétons, les vélos, les deux roues et de nombreuses voitures franchissent sans difficulté le barrage. Au pas et, si la majorité des visages sont fermés, sans heurt notable.

Il en va de même sur la route du mont Saint-Martin. Pour

les usagers qui empruntent cette voie afin de contourner les barrages depuis le début du mouvement, la libre circulation est terminée. Deux barrages ont été érigés hier matin. L'un n'est constitué « que » de deux voitures et d'une rangée de pneus, tandis que l'autre repose sur une pelleteuse. Les usagers qui sont autorisés à le franchir sont avertis : « Ce soir il faudra prendre un autre chemin car la route sera totalement fermée. » Un motard perd quelque peu son flegme. « Je suis parti de chez moi ce matin pour faire des courses et là c'est le troisième barrage où on m'empêche de passer, explique-t-il à l'un des 500 Frères. Je veux juste rentrer chez moi maintenant ! »

P.-Y. C. & T. F. ■

Sur le barrage dressé hier matin sur la route du Tigre, l'ambiance est relativement paisible. / photo TF

Que les journalistes puissent informer

Suite aux difficultés des médias pour travailler et passer les barrages, l'Union de la presse francophone (UPF) de Guyane a publié hier un communiqué dans lequel elle rappelle, par la voix de son président Frantz Mortotson, que « le travail des médias, et en particulier celui des journalistes, est primordial pour informer l'ensemble de la population en toute neutralité. C'est l'une des exigences indéfectibles de notre profession. » Elle rappelle que les journalistes peuvent « soulever des questions qui peuvent ne pas plaire à nos différents interlocuteurs. Pourtant, nous devons être présents partout où nous jugeons nécessaire pour relater les faits. Notre mission première est d'aider à la compréhension des sujets d'actualité et d'informer le grand public en toute indépendance. »

Au vu de certaines réactions hostiles à l'encontre de la profession ces derniers jours, l'Union de la presse francophone de Guyane rappelle que les journalistes ne peuvent pas être considérés comme étant partisans ou opposés aux mouvements.

Ainsi, l'UPF Guyane appelle les protagonistes du conflit à la modération et au respect de la liberté de la presse, la base de toutes les autres libertés.

Fonte :France-Guyane, página 2, n. 8590, 19 de abril de 2017.

Hier, les élus et le collectif ont travaillé main dans la main

La **belle unité** qu'affichent les **membres de Pou Lagwiyann dékolé** et les **élus** est mise à mal depuis vendredi. Hier encore, des **dissensions** sont apparues **entre les deux parties**, qui ont finalement réussi à travailler ensemble sur un **cahier de revendications d'urgence**. Retour sur une **nouvelle journée de palabres**.

Ils étaient attendus à 15 heures au siège de l'Association des maires de Guyane (AMG), à Cayenne. C'est avec près d'une heure de retard que les 500 Frères ont fait leur entrée en salle de réunion où les attendaient maires, parlementaires et socioprofessionnels. Objectif de cette rencontre : valider le cahier de revendications d'urgence élaboré la veille (ils ont travaillé jusque tard dans la nuit) par les membres du collectif (*lire ci-dessous*). Un cahier chiffré à 1,8 milliard d'euros que les élus ont souhaité décortiquer avant toute prise de position. « Nous ne pouvons pas signer un document que nous n'avons pas lu », a précisé David Riché, le président de l'AMG. Le sénateur-maire de Mana, Georges Patient, a rappelé que les maires et leurs conseillers étaient à disposition pour mettre leur expertise au service du collectif. Car c'était bien là l'intérêt de cette réunion de travail. Mais l'entente cordiale a rapidement été mise à mal par l'intervention du maire d'Apotou, Paul Dolianki. Estimant que les communes du Maroni étaient lésées dans les négociations, il a lâché :

« Nous ne sommes pas 500 Frères mais nous pouvons être très violents. » Une phrase cinglante qui a mis le feu aux poudres. La tension aurait pu retomber rapidement mais c'était sans compter l'intervention tonitrueuse d'Olivier Goudet. Le porte-parole de Trop Violans et membre des 500 Frères ne sort plus sans son mégaphone et ses cartons d'avertissement.

DES REVENDICATIONS TRANSMISES AUX SERVICES DE L'ETAT

Après avoir adressé un double carton rouge ce week-end au préfet Martin Jaeger et à l'ancienne garde des Sceaux Christiane Taubira, il s'est attaqué hier aux élus locaux en leur adressant un carton rouge collégial. Debout face à eux, il leur a reproché péle-mêle de ne pas respecter le travail du collectif, de faire passer les 500 Frères pour des individus violents et d'essayer d'influencer le porte-parole du mouvement. Après son intervention qui ne laissait pas de place à l'échange, il a invité les 500 Frères à quitter la salle de réunion. C'est donc en leur absence (seuls José Mariema, Mikael Mancée, Dimi-



Nouvelle réunion hier au siège de l'Association des maires de Guyane : élus et membre du collectif se sont mis d'accord sur un cahier de revendications d'urgence. / photo MS

tri Guard et Gaëlle Lapompe Poirronne sont restés) que le président des maires et Patrick Lecante, le maire de Montsinéry-Tonnégrande, ont tenté de s'expliquer. S'éclipsant discrètement, le maire de Kourou, François Ringuet, est descendu pour les médiateurs. Mission réussie puisque la réunion s'est poursui-

vie à huis clos et dans une ambiance apaisée (Olivier Goudet, lui, n'est pas réapparu). Lorsqu'elles se sont quittées, peu après 19 heures, les deux parties avaient même réussi à trouver un accord... évalué cette fois à 2,1 milliards d'euros, qui s'ajoutent au 1,085 milliard proposés par le gouvernement. Signé par tous les

élus (Rodolphe Alexandre, le président de la CTG, est venu entériner l'accord), ce cahier de revendications d'urgence a été transmis aux services de l'Etat dans la foulée. Hier soir, au moment de quitter les locaux de l'AMG, tout le monde arborait un sourire de satisfaction.

Karin SCHERHAG ■

2,1 milliards de plus pour traiter l'urgence

Voici les **32 revendications d'urgence** rédigées par le **collectif** et **validées** hier soir par les **élus**. Elles s'articulent autour de **plusieurs thématiques** et doivent toutes être **financées à 100 % par l'Etat**. Ces **2,1 milliards** s'ajoutent au **1,085 milliard** d'euros prévus dans le **plan d'urgence** proposé par Éricka Bareigts.

1. CULTURE : accorder un financement complémentaire de 20 millions d'euros pour la Maison des cultures et mémoires de la Guyane ; doter tout le territoire d'infrastructures culturelles et sportives de manière à garantir la cohésion sociale (150 millions d'euros).
2. AGRICULTURE : abonder le fonds de préfinancement des subventions européennes afin de faire face aux difficultés des porteurs de projet à préfinancer leurs investissements et rehausser le plafonnement à 100 % du montant de la subvention pour la filière agricole (20 millions).
3. ÉCONOMIE : fiscaliser le spatial et à défaut, compenser le manque à gagner par l'Etat (80 millions) ; création d'un fonds de soutien aux entreprises en difficulté (20 millions) ; fonds d'avances remboursables (30 millions) ; effacement de la dette de la Chambre des métiers et de l'artisanat (3,5 millions) et de celle de la Chambre de commerce et d'industrie (15 millions).
4. ÉDUCATION-FORMATION : doter l'Université de Guyane des moyens lui permettant de tendre vers l'excellence et ainsi accroître son rayonnement ; programmer l'exten-

sion (antenne à Saint-Laurent) et acter son financement par l'Etat et soutenir la conclusion d'accord avec les grandes écoles, notamment l'école des Mines (50 millions) ; accorder une dotation exceptionnelle supplémentaire de 250 millions d'euros pour la construction de dix collèges et de cinq lycées (+ 200 millions sur cinq ans) ; accorder une dotation exceptionnelle de 120 millions pour la construction d'écoles primaires ; créer 400 postes d'intervenants en langue maternelle (10 millions).
5. INSERTION-JEUNESSE : affecter sans délai une dotation exceptionnelle d'urgence de 2,64 millions d'euros à la Mission locale et réouverture des antennes à Maripasoula, Saint-Georges et Kourou.
6. FINANCES LOCALES : dotation exceptionnelle pour apurer les dettes de toutes les collectivités municipales (80 millions) ; compensation par l'Etat des 27 millions d'euros d'octroi de mer à reverser aux communes et versement d'une compensation d'un montant équivalent à la CTG ; accorder à la CTG une dotation exceptionnelle pour compenser le reste à charge

exorbitant du RSA, l'absence de dotation d'amorçage pour la création de la CTG... (50 millions).

7. SANTÉ-SOCCIAL : construction de structures d'accueil petite enfance (36 millions) ; complément de trésorerie paiement fournisseur Char (10 millions) ; subvention investissements pour la réhabilitation et l'extension du Char (40 millions) ; accorder un fonds d'investissement pour le nouveau Chog (30 millions) ; accorder une dotation exceptionnelle au Chog pour payer l'ensemble une dotation exceptionnelle pour combler le déficit structurel du CMCK et le passage à une structure publique et autonome (10 millions).
8. TRANSPORT ET DÉPLACEMENTS : opérations de désenclavement routier et fluvial des communes de l'intérieur et développement de la multimodalité fluviale (route du fleuve Apatou-Grand-Santi-Papaichton-fleuve Apatou-Grand-Santi-Papaichton-Maripasoula, liaison Saint-Georges-Ouanary, requalification et classification de la route de Saut Maripa, mise en place de navettes fluviales sur le territoire de la CACL Roura-Rémire-Montjoly-Cayenne

et Montsinéry-Tonnégrande-Macouria-Cayenne), création d'une plateforme multimodale à Apotou et création de la liaison entre le barrage de Petit-Saut et la commune de Saint-Élie (350 millions).
9. GRAND PORT MARITIME : poste de contrôle sanitaire (7 millions) ; poste d'inspection frontalier (3 millions) ; port énergétique de l'Ouest (40 millions).
10. TOURISME : mise en œuvre des contrats de destination validés par le ministère des Affaires étrangères (70 millions).
11. ÉNERGIE : électrifier les sites isolés (80 millions) ; sécuriser l'approvisionnement énergétique sur l'ensemble du littoral guyanais par le doublement des lignes très hautes tension (250 millions).
12. ENVIRONNEMENT : adduction d'eau/programme d'eau pour tous (200 millions) et désenclavement numérique (100 millions).
13. ÉCONOMIE-FORMATION TPE : accorder une subvention de fonctionnement d'une plateforme administrative et comptable sur les cinq premières années (1 million) ; mise à niveau des gérants (formations administratives et techniques) (1 million).
K. S. ■